

# O SONHO DE AUXILIO

AUXILIO`S DREAM



Felipe Coimbra Moretti

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Rio de Janeiro, Brasil  
moretti.f.94@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-2089-1109

---

AMADEO, Javier. 2019. *Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense*. São Paulo: Editora Unifesp. 544p.

---

## Resumo

Consistindo de vinte artigos escritos com altíssimo rigor analítico por autores latinoamericanos, o volume *Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense*, organizado pelo antropólogo argentino Javier Amadeo, e publicado pela editora da Universidade Federal de São Paulo, é um livro que merece ser lido por qualquer pesquisador interessado em melhor compreender as interações entre violência, Estado e movimentos sociais na América Latina.

## Palavras-chave

Violência; Repressão; Memória; Justiça; Movimentos sociais.

## Abstract

Consisting of twenty in-depth, highly rigorous articles written by Latin American authors, the volume *Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense*, edited by the Argentinian anthropologist Javier Amadeo and published by the Federal University of São Paulo Press (EdUnifesp), is a book that deserves to be read by any researcher interested in better comprehending the interplay of violence, the state and social movements in Latin America.

## Keywords

Violence; Repression; Memory; Justice; Social movements.



Nesta época, que parece enfileirar pesadelos sem fim, talvez a reflexão sobre a violência deva antes passar pelo sonho.

Ao final do romance *Amuleto*, de Roberto Bolaño (2008: 131), o narrador pausa numa visão que acomete Auxílio – a protagonista, que passa três semanas escondida em um dos banheiros femininos da Faculdade de Filosofia e Letras quando militares invadem a Universidade Nacional Autônoma do México, em 1968. Um anjo leva a uruguaia a contemplar um enorme desfiladeiro, pelo qual passam milhares de jovens, a caminho de um abismo que os tragará. Enquanto isso, cantam “um canto de guerra e de amor”, “apenas um murmúrio quase inaudível” que, para eles, é seu testemunho geracional e, para nós, nosso amuleto.

Encontrei a mesma força, vida e movimento ao ler *Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense*, organizado pelo antropólogo argentino Javier Amadeo, atualmente professor-associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Publicado pela editora da universidade, em 2019, o livro é fruto do seminário internacional homônimo, que se deu entre 27 e 29 de março de 2017. Consiste em vinte artigos escritos com altíssimo rigor analítico, todos debruçando-se sobre esta faceta estruturante da vida social latino-americana: material empírico que, infelizmente, é vastíssimo e, para a imensa maioria da população, cotidiano.

Como o historiador Greg Grandin (2010: 36) reconhece, o “terror na América Latina é tão politicamente reconhecível” que cientistas sociais e historiadores frequentemente o tomam como dado, ignorando “questões importantes com relação à sua forma, dinâmica e significado”<sup>1</sup>. Não se trata tanto de menosprezo acadêmico do assunto e sim de certa cauterização – epistemológica, claro, mas também afetiva –, que oculta a complexidade e polimorfia da violência.

Logo, seguido ao prazer de receber uma cópia de *Violência de Estado na América Latina* da *Novos Debates*, que percebi resistir ao prognóstico de Grandin. Mergulhando nesse abismo de *Amuleto*, volta à superfície e retoma os temas tradicionais dos estudos da violência – os preâmbulos da repressão, a logística

---

<sup>1</sup> Tradução minha.

fria e cotidiana do terror estatal, o desaparecimento, o testemunho dos sobreviventes e familiares, as redemocratizações ambíguas – com novos olhares, presenteando o leitor com uma riqueza analítica que raramente se condensa num único volume.

Dada a variedade de enfoques, métodos e conclusões tomadas pelas/os 28 autoras/es (cuja maioria é feminina, importante frisar), seria quase impossível abordá-los todos aqui. De tal modo, seguindo a própria divisão interna do volume, farei uma breve apresentação de artigos que se destacaram na minha leitura.

A primeira parte, “Justiça de Transição na América Latina”, trata desta importante inovação jurídica e as facetas distintas que toma em cada país (comissões de verdade, grupos independentes de investigação e rememoração, a elaboração de testemunhos). Aqui, a pessoa leitora interessada em ampliar os espaços estreitos do direito para dialogar com os movimentos das ruas encontrará não só farta informação de contextos intra-latino-americanos, mas também de análises afiadas que desafiam os limites do próprio processo transicional. Vem logo à mente o artigo “A Intersecção entre Comissões da Verdade e a Questão do Gênero na América Latina” (: 165-191), em que Paula Franco empreende um estudo comparativo das comissões da Guatemala, Colômbia, Peru, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile para acompanhar a inclusão das pautas de violência sexual, feminicídio e sequestro de crianças. Se antes era uma questão secundária, conclui, o gênero tornou-se tema *paradigmático* e incontornável para as justiças de transição. Do trabalho de Franco surge uma questão instigante: qual é a natureza da produção dos documentos que tratam da violência, sejam eles oriundos das forças repressivas ou das próprias comissões de verdade? Como que a violência confecciona suas palavras?

Digno de nota, o artigo “Justiça sem Fronteira: O Julgamento da Operação Condor” (:83-101), da argentina Francesca Lessa, analisa o julgamento, em tribunais argentinos, de assassinatos e desaparecimentos de opositores fora do país durante a Operação Condor – nome da colaboração sistemática entre ditaduras militares da América do Sul, muitas das vezes com ajuda estadunidense. Como Lessa nota, ampliar a esfera do direito para casos transnacionais não só aumenta as chances de dar justiça e (alguma) paz a familiares e vítimas (: 99), mas também nos permite aprofundar o conhecimento da

colaboração clandestina e aberta entre regimes militares. Aqui, análises locais revelam a urgência de recuperar análises sistemáticas e geopolíticas da violência estatal, esforço que felizmente vem sendo realizado na antropologia (McGranahan & Collins 2018) e alhures (Bevins 2020).

Por pura necessidade estratégica, a segunda parte do livro, “O Caso Brasileiro: Desaparecimento Forçado, Luta dos Familiares e Persistência da Violência”, talvez seja a mais urgente para nós brasileiras/os. Mesmo que em 2019, quando *Violência de Estado na América Latina* foi publicado, a pandemia ainda não fosse uma experiência concreta, os trabalhos ali dialogam com a violência que suscitou – e cujas consequências não preciso descrever aqui. Acompanhando as discussões sobre a continuidade entre a ditadura militar e a redemocratização no Brasil, os oito artigos nesta seção colocam em xeque a própria ideia do *resquício* autoritário no Brasil. Há realmente resquícios ou continuidades metamorfoseadas?

O artigo “Violência de Estado no Brasil Pós-autoritário: Uma Análise dos *Crimes de Maio* de 2006”, do próprio Javier Amadeo (: 327-353), encara a peculiaridade de um país que se torna *mais* violento depois de um período de exceção – observação estarrecedora feita, por Marlon Weichert em “As Diversas Dimensões da Violência e Sua Relação com a Perseguição Social no Brasil” (: 395-423). Amadeo esmiúça as chacinas que traumatizaram a Baixada Santista em 2006. Supostamente como resposta a uma série de ataques pelo PCC nos primeiros dias de maio, policiais militares executaram centenas de civis em todo o estado de São Paulo e pelo menos sessenta na região de Santos. Abarcando a cronologia dos massacres, casos emblemáticos e a luta posterior por justiça, sintetizada no movimento Mães de Maio, Amadeo oferece uma reflexão sobre a *interioridade* da violência estatal brasileira. Ao contrário de outras formas de violência paraestatal, como os linchamentos, no Brasil a brutalidade é coroada pela invisibilidade e o silêncio, elementos que *tecnicamente* se realizam sob a forma do desaparecimento.

As origens e a logística desta técnica são detalhadas por Eduardo Schnoor, Ana Antão e Fernanda Ferreira em “*Je ne regrette rien*: A Metodologia dos Desaparecimentos Forçados” (: 267-287) e em “Os Nossos Mortos e Desaparecidos: Reflexões sobre a Construção da Noção de Desaparecimento Político no Brasil”, de Desirée Azevedo (: 231-265), cujo estudo etnográfico se dá sobre a formação da ideia de “desaparecido político”, em

oposição a outros tipos de pessoas desaparecidas. Apesar de abordarem temáticas distintas, o que une os dois artigos é um olhar atento à formação sociocultural de um próprio ideário de violência nacional, seja pela repressão direta ou pela pressão indireta do Estado que, no período democrático, configura a ideia de desaparecido político para distingui-lo do outro sumidouro enorme de cidadãos: as polícias militares.

Talvez uma das lições mais importantes desta coletânea seja de que na América Latina a violência estatal toma a forma paradoxal de um segredo público, em que “as piores aberrações”, nas palavras de um militar anônimo uruguaio citado por Franco (: 174) – o espetáculo tétrico da tortura, da violência sexual, da mutilação de cadáveres, do rapto de crianças – convivam com um regime constitucional. Como o filósofo Vladimir Safatle tem notado<sup>2</sup>, é sobre este paradoxo (“uma pantomima democrática”) que o necro-Estado brasileiro continua a se assentar, fazendo-nos duvidar se todo o período ditatorial realmente foi sepultado.

Eis que a terceira parte do livro é intitulada “Antropologia, Arqueologia Forense e Direitos Humanos”. A relevância dos artigos nessa seção não passará despercebida às/aos estudantes brasileiras/os de Antropologia. Embora tenhamos um rico legado dentro da tradição sociocultural, falta-nos o contato mais aprofundado com a Arqueologia e a Antropologia Forense, em especial com a sua vertente latino-americana. A exposição de Cláudia Plens e Camila de Souza (“Arqueologia Forense: Um Balanço Crítico da Disciplina, Suas Abordagens e Contribuições”: 455-484) fará jus à nossa demanda de conhecimento.

Entretanto, apesar de conhecermos (um pouco) melhor o trabalho incansável das equipes de Antropologia Forense argentinas e chilenas, os esforços desta área disciplinar por aqui são ainda menos conhecidos. Por isso, foi valiosa a leitura de “Enquadramentos de uma Antropologia Forense Brasileira na Busca de Desaparecidos Políticos” (:497-520), da arqueóloga Márcia Lika Hattori, que vai além de somente apresentar as linhas gerais da disciplina no Brasil, surgida em larga medida após o regime militar. Hattori também aborda o esquecimento coletivo e continuamente (re)produzido, partindo da

---

<sup>2</sup> Ver: “A segunda fase do regime militar”. *El País*, 23 de março, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2021-03-23/a-segunda-fase-do-regime-militar.html>.

dificuldade em se exercer a atividade no Brasil. Para além da falta de ações coordenadas nacionalmente (um empecilho à transição democrática em geral), de verba ou de independência técnica dos laboratórios das polícias civis e dos institutos médico-legais, o maior empecilho ao trabalho da/o antropóloga/o forense brasileira/o são, ironicamente, os órgãos forenses.

Inevitavelmente, termino, assim como o faz *Violência de Estado na América Latina*, com os mortos. Como não? São tempos em que a morte voltou a ser algo estruturante do cotidiano para alguns, já que, para a maioria, nunca deixou de ser.

Uma das mais proficuas metáforas para o pensamento crítico é a de desenterrar, desvelar, desocultar. Devíamos imitar nossos colegas, as/os corajosas/os antropólogas/os forenses, e desenterrar nas nossas pesquisas tudo aquilo que foi escondido a força. Sabemos que mesmo o que é reenterrado pela repressão nunca some tão bem quanto da primeira vez. Sobram rastros, manchas, pistas; enfim, evidências do crime. Um novo começo vem do fim, e vice-versa. Assim, retorno ao início, ao anjo que aparece no sonho de Auxílio. Acho que o incansável trabalho que compõe *Violência de Estado na América Latina* é um desses anjos. Nos força a ver coisas que gostaríamos de esquecer. Não desejamos sempre comungar com as almas do abismo. A culpa, o remorso, a dor, a apatia: até a negação e a dissimulação são dolorosas. E dor aqui não falta. Terminei esta resenha um dia depois da chacina do Jacarezinho, a maior cometida até agora pelas polícias cariocas, com pelo menos trinta civis mortos. A brutalidade, inconcebível e assombrosamente cotidiana, se espalha. Não pretendo ter palavras que abarquem a dor de tantas mães e famílias em luto.

Mas sei que nenhum/a jovem cientista social deste continente desconhece as enormes dificuldades que (quase) impossibilitam nosso trabalho (e, agora, nossas vidas). Aos 27 anos, às vezes temo fazer parte de mais uma “geração perdida”. Por outro lado, como disse o Che, *hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*. Ousemos a ternura da comunhão com as milhares de vidas – ceifadas pelas ditaduras, pelo extermínio nas favelas, pela pandemia – cuja enorme sombra encasula trabalhos como *Violência de Estado na América Latina*. E ousemos sonhar como Auxílio, para também ouvir o canto – sim, o canto “da guerra, das façanhas heroicas de uma geração inteira de jovens latino-americanos sacrificados”, mas sobretudo o canto “do destemor e dos espelhos, do desejo e do prazer”

(Bolaño 2008: 131). Ousemos fazer desse canto o final do nosso pesadelo.

### **Referências bibliográficas**

- BOLAÑO, Roberto. 2008. *Amuleto*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BEVINS, Vincent. 2020. *The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade and the Mass Murder Program that Shaped Our World*. Nova York: Public Affairs.
- GRANDIN, Greg. 2010. "Living in Revolutionary Time: Coming to Terms with the Violence of Latin America's Long Cold War". In: Greg Grandin & Gilbert Joseph. *A Century of Revolution: Insurgent and Counterinsurgent Violence during Latin America's Long Cold War*. Durham: Duke University Press: 1-42.
- McGRANAHAN, Carole; COLLINS, John F. (Org.). 2018. *Ethnographies of U.S. Empire*. Durham: Duke University Press.

Recebido: 08 de maio de 2021

Aceito: 13 de julho de 2021